PLATAFORMIZAÇÃO E CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: UMA ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS DE UMA PERSPECTIVA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

Giovana de Carvalho Lopes Defaveri de Oliveira (PIBIC/CNPq), Carolina Laurenti (Orientadora). E-mail: claurenti@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Psicologia/Fundamentos e Medidas da Psicologia.

Palavras-chave: Análise do Comportamento; contracontrole; contingências culturais.

RESUMO

As redes sociais organizam relações e fluxos de informação por meio da coleta de dados, da personalização algorítmica e da monetização da atenção. Este trabalho buscou compreendê-las como plataformas de gerenciamento comportamental, articulando plataformização e capitalismo de vigilância à Análise do Comportamento. Por meio de uma análise teórico-conceitual, utilizou-se a contingência de três termos para examinar as práticas institucionais das plataformas e os comportamentos dos usuários. No nível cultural, a dataficação, a organização algorítmica da visibilidade e a maximização do engajamento são mantidas por consequências como retenção de usuários, produção de dados, lucro e ampliação do poder das plataformas. No nível individual, notificações, métricas públicas, personalização e reforçamento intermitente favorecem o acesso recorrente e a permanência nas redes. Conclui-se que essa perspectiva evidencia as condições sociais e institucionais que organizam o uso das plataformas. O contracontrole requer a articulação de estratégias individuais, organização coletiva e mudanças institucionais.

INTRODUÇÃO

As redes sociais tornaram-se infraestruturas de sociabilidade, informação, consumo e produção cultural, sustentadas pela coleta de dados comportamentais e por sistemas algorítmicos que organizam o ambiente digital. Esse processo relaciona-se ao capitalismo de vigilância, cuja lógica econômica envolve prever e modificar comportamentos a partir de dados (Zuboff, 2021), e à plataformização, caracterizada pela expansão das plataformas e pela reorganização de mercados, infraestruturas e formas de governança (Nieborg; Poell; Van Dijck, 2021).

Na perspectiva analítico-comportamental, a questão central é identificar quais contingências sustentam esse controle, quem se beneficia delas e quais são as possibilidades de contracontrole. Diante da escassez de análises que articulem esses fenômenos à Análise do Comportamento, este estudo buscou compreender

as redes sociais como plataformas de gerenciamento comportamental, examinando as práticas das big techs e as contingências que afetam os usuários nos níveis cultural e ontogenético, bem como as possibilidades e os limites do contracontrole.

REVISÃO DE LITERATURA

Foi realizada uma pesquisa teórica sobre plataformização, capitalismo de vigilância e Análise do Comportamento. A literatura foi localizada nas bases de pesquisa do Google Acadêmico e no Portal de Periódicos da CAPES, por meio do termo “plataformização”. Foram selecionadas obras que abordassem processos de controle social, produção de dados ou organização de contingências em ambientes digitais e que contribuíssem para a articulação conceitual entre os três campos. Para compreender as redes sociais como plataformas de gerenciamento comportamental, a contingência de três termos foi empregada como ferramenta conceitual, organizando as informações nas inter-relações entre contexto, práticas e comportamento, e consequências (Fontana; Laurenti, 2020). No nível cultural, a análise focalizou condições histórico-sociais, práticas institucionais das plataformas e consequências culturais que as selecionam e mantêm, considerando as big techs como agências privadas de controle social. No nível ontogenético, foram examinadas contingências de reforçamento relacionadas a respostas como acessar, publicar, curtir, compartilhar, permanecer conectado e consumir conteúdos. A distinção entre os níveis é analítica: práticas institucionais organizam os ambientes nos quais repertórios individuais são selecionados, enquanto os comportamentos dos usuários produzem dados e consequências que, cumulativamente, retroalimentam a organização das plataformas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No nível cultural, a análise evidenciou que a plataformização reorganiza contingências sob as quais as big techs desenvolvem práticas de gerenciamento comportamental em larga escala. A centralização de comunicação, sociabilidade, informação, trabalho, lazer e consumo em infraestruturas privadas amplia a dependência sociotécnica e o poder econômico e político das plataformas. A dataficação da vida social produz registros sistemáticos dos produtos das interações dos usuários, sendo utilizados para reorganizar contingências e influenciar a probabilidade de comportamentos futuros. Em mercados orientados pela publicidade digital e pela economia da atenção, a organização algorítmica da circulação de conteúdos pode ser compreendida como prática selecionada por contingências econômicas e culturais, pois padrões que favorecem retenção, produção de dados e lucratividade tendem a ser mantidos e ampliados. Assim, consequências econômicas selecionam práticas empresariais que maximizam retenção e engajamento, independentemente de planejamento explícito de cada efeito comportamental (Nieborg; Poell; Van Dijck, 2021).

A análise funcional indica que as interações dos usuários produzem dados que reorganizam continuamente o ambiente digital, alterando a probabilidade de respostas futuras. No nível ontogenético, notificações, feeds de atualização contínua

e outros estímulos sinalizam a possibilidade de consequências reforçadoras e favorecem respostas recorrentes de checagem e navegação. Curtidas, comentários, mensagens e conteúdos relevantes são distribuídos de modo variável, produzindo reforçamento intermitente que torna o acesso e a permanência resistentes à extinção. Métricas públicas de visibilidade também funcionam como consequências sociais capazes de selecionar frequência, formato e conteúdo das publicações. A personalização algorítmica intensifica esse processo ao utilizar históricos de interação para apresentar estímulos com maior probabilidade de produzir novas respostas, fortalecendo preferências e padrões de consumo já estabelecidos e reduzindo a variabilidade comportamental.

Dessa forma, explicações centradas exclusivamente em características individuais mostram-se insuficientes, pois os repertórios de uso são produzidos em ambientes organizados por contingências que articulam objetivos econômicos e diferentes estratégias de reforçamento. Essa leitura permite compreender a crítica ao capitalismo de vigilância sem reduzir a Análise do Comportamento a uma tecnologia de manipulação, como não raro é retratada por essa literatura. Ao explicitar relações funcionais envolvidas em diferentes formas de controle social, a abordagem fornece instrumentos para identificar agências controladoras, práticas exploratórias e os grupos beneficiados por suas consequências (Holland, 1978).

A discussão do contracontrole mostra que estratégias individuais de autocontrole têm alcance limitado quando permanecem inalteradas as condições culturais que selecionam as práticas das plataformas. Manejo do ambiente digital, interrupção de estímulos discriminativos e ampliação da variabilidade comportamental podem reduzir determinados efeitos, mas formas mais amplas de resistência dependem de organização coletiva e intervenção institucional. Transparência algorítmica, auditoria independente, regulação pública, participação de usuários e produtores na governança e fortalecimento de modelos cooperativos ou descentralizados podem alterar as consequências que mantêm práticas empresariais, funcionando como formas coletivas de contracontrole ao reduzir benefícios associados a práticas consideradas exploratórias. Nessa perspectiva, liberdade não equivale à ausência de controle, mas à ampliação das condições para discriminar, questionar e interferir nas contingências que organizam a vida social (Skinner, 1983).

CONCLUSÕES

A análise conceitual realizada neste estudo propõe que as redes sociais podem ser compreendidas como plataformas de gerenciamento comportamental que articulam contingências culturais e ontogenéticas. No nível cultural, práticas de coleta de dados, personalização e maximização do engajamento são selecionadas por consequências econômicas e institucionais; no nível ontogenético, os ambientes digitais organizam contingências que mantêm acesso recorrente, interação e produção contínua de dados. A Análise do Comportamento contribui para este debate ao tornar explícitas essas relações e deslocar o foco de explicações individualizantes para as condições ambientais e culturais que estruturam o comportamento. O contracontrole torna-se mais efetivo quando articula estratégias

individuais, ação coletiva e transformações institucionais capazes de ampliar transparência, participação e redistribuição do poder de organizar contingências. No plano das práticas culturais, a concentração de poder informacional nas grandes plataformas digitais suscita a necessidade de mecanismos coletivos de contracontrole capazes de limitar seus efeitos sobre os indivíduos e a sociedade. Nesse contexto, marcos regulatórios como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e os debates acerca da regulação das plataformas digitais podem ser compreendidos como tentativas de introduzir contingências concorrentes às que atualmente favorecem a coleta massiva de dados, a personalização algorítmica e a maximização do engajamento como fontes de lucro. Em termos skinnerianos, tais iniciativas representam esforços de outras agências de controle, especialmente o Estado e a sociedade civil organizada, para restringir formas de controle consideradas socialmente prejudiciais e ampliar as possibilidades de monitoramento recíproco entre controladores e controlados. Mais do que assegurar direitos individuais, esses dispositivos participam da disputa pela configuração das contingências culturais que organizam os ambientes digitais e distribuem poder entre seus diferentes atores. Assim, ao articular plataformização, capitalismo de vigilância e contingências culturais e ontogenéticas, este estudo contribui para a compreensão dos processos psicossociais contemporâneos de controle social e das possibilidades coletivas de contracontrole.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da bolsa PIBIC e à minha orientadora pelo acompanhamento, contribuições e orientação ao longo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

FONTANA, J.; LAURENTI, C. Contingência cultural de três termos: uma proposta de explicação comportamentalista da cultura. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 24, n. 3, p. 308-317, 2020. DOI: 10.5380/riep.v24i3.66012. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/66012. Acesso em: 25 jan. 2026.

HOLLAND, J. G. Behaviorism: part of the problem or part of the solution? **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 11, n. 1, p. 163-174, 1978. DOI: 10.1901/jaba.1978.11-163. Disponível em: https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163. Acesso em: 30 jan. 2026.

NIEBORG, D. B.; POELL, T.; VAN DIJCK, J. **Platforms and cultural production**. Cambridge: Polity Press, 2021.

SKINNER, B. F. **O mito da liberdade**. Tradução de R. Moreno. São Paulo: Summus, 1983.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na**

nova fronteira do poder. Tradução de G. Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.